

## O Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos e a busca por documentos da guerra civil farroupilha

The Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos and the search for documents of the farroupilha civil war / El Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos y la búsqueda de documentos de la guerra civil farroupilha

### Camila Silva

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil.

camila\_historia@yahoo.com.br

### RESUMO

O artigo aborda a atuação do Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos na formação de um acervo de documentos referente à guerra civil farroupilha, no contexto das comemorações do centenário deste acontecimento. A análise busca problematizar as disputas que marcaram a coleta e a seleção destes registros, evidenciando quais foram os atores e os interesses que influenciaram este processo.

*Palavras-chave:* arquivo; guerra civil farroupilha; memória; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

### ABSTRACT

The article discusses the performance of the Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos in the formation of a collection of documents referring to the farroupilha civil war, in the context of the centenary celebrations of this event. The analysis seeks to problematize the work of gathering and electing these records, showing which were the actors and the interests that influenced this process.

*Keywords:* archive; farroupilha civil war; memory; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

### RESUMEN

El artículo analiza la actuación del Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos en la formación de una colección de documentos sobre la guerra civil farroupilha, en el contexto de las celebraciones del centenario de este evento. El análisis busca problematizar el trabajo de recopilación y selección de estos registros, mostrando cuáles fueron los actores y los intereses que influyeron en este proceso.

*Palabras clave:* archivo; guerra civil farroupilha; memoria; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

## As comemorações do centenário farroupilha

As atividades em homenagem ao centenário farroupilha envolveram diversos setores da sociedade sul-rio-grandense. O ano de 1935 foi marcado por uma agenda comemorativa que incluiu desde desfiles cívicos até o Campeonato Farroupilha de Futebol. A grande atração dessa efeméride foi, provavelmente, a Exposição do Centenário Farroupilha, evento que transformou a antiga “várzea do portão” no Parque da Redenção (Machado, 1990). Conforme o relatório apresentado ao governador Flores da Cunha, durante o preparo do local foram realizados “aterros, escavações, drenagem, aberturas de avenidas, calçamentos” que visavam ao “embelezamento da várzea” (Bins, 1936, p. 11). Na imagem abaixo, temos um exemplo dos investimentos que foram realizados na transformação do espaço urbano, visando transmitir a imagem de modernidade.



**Figura 1** – Pórtico monumental da Exposição do Centenário Farroupilha. Fonte: Acervo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O espaço abrigou sete pavilhões temáticos, dentre outras construções, que ao todo custaram 2.093:572\$800578 (Bins, 1936, p. 34). Segundo o relatório citado, mais de um milhão de pessoas visitaram a exposição, que contou com 3.122 expositores (Bins, 1936, p. 26). A montagem dos pavilhões e estandes e a participação dos estados brasileiros foram diariamente noticiadas pela imprensa porto-alegrense. Anúncios publicitários divulgavam produtos e serviços para a ocasião da exposição, e notas assinadas pelo prefeito Alberto Bins convidavam a população à visitação. Nos jornais, poesias e crônicas celebravam o passado farroupilha, e edições especiais dedicavam-se a contar a história da “gloriosa epopeia”, por meio da escrita e da imagem.

As longas edições comemorativas foram escritas por intelectuais como Assis Brasil,<sup>1</sup> Fernando Osório,<sup>2</sup> Dante de Laytano<sup>3</sup> e Othelo Rosa.<sup>4</sup> Estes são apenas alguns dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que atuaram nas comemorações do centenário para além dos muros da instituição. O próprio instituto ocupou um papel de destaque nas celebrações de 1935, tendo participado do Comissariado Geral da Exposição do Centenário Farroupilha, ao lado dos representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul, da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e do Centro da Indústria Fabril.

Desde 1933 as atenções do IHGRGS voltaram-se para as celebrações do centenário da guerra civil. Em reunião realizada em abril daquele ano, foi decidido solicitar ao governo estadual “dignar-se a destinar uma verba especial de auxílio extraordinário ao instituto para os serviços da comemoração, auxílio este a ser prestado desde o corrente ano”.<sup>5</sup> A partir de um relatório das propostas para o programa comemorativo, elaborado por Othelo Rosa, foram discutidos e votados pelos membros do instituto os seguintes itens:

- a) realização de um congresso de história sul-rio-grandense a instalar-se em Porto Alegre a vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco. À comissão

---

1 Joaquim Francisco de Assis Brasil foi membro fundador do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Estudou direito no Largo São Francisco, período em que participou do Clube Republicano Vinte de Setembro. Destacou-se na propaganda republicana pela sua produção no campo intelectual, atuando na escrita de uma memória histórica que visava aproximar os heróis farroupilhas dos políticos republicanos de seu tempo. Em homenagem ao 46º aniversário da guerra civil, publicou a obra *História da república rio-grandense* (1882), encomendada pelo Clube Vinte de Setembro.

2 Fernando Luís Osório Filho foi neto de Manuel Luís Osório, conhecido como marquês do Herval, político e militar que, durante a Revolução Farroupilha, atuou ao lado do Império do Brasil. Seu pai, general Osório, aderiu ao movimento farroupilha. Osório foi membro do PRR e do IHGRS.

3 Dante de Laytano ingressou no círculo dos historiadores como diretor do Museu Júlio de Castilhos, com o apoio de Eduardo Duarte e Alcides Maya, ambos funcionários públicos e sócios fundadores do IHGRS. Em 1935, foi admitido como sócio efetivo desta instituição. Foi sucessivamente chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, diretor do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e professor de história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

4 Othelo Rodrigues Rosa iniciou sua carreira como conselheiro municipal, em Taquari. Foi secretário particular do governador Borges de Medeiros e subprocurador geral do estado Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1926 e 1930, foi diretor do jornal *A Federação*, e de 1926 a 1930, do *Jornal da Noite*. Na ocasião do centenário farroupilha, ocupava o cargo de secretário da Educação e Saúde Pública no governo Flores da Cunha. Como historiador, atuou junto ao IHGRS desde 1930.

5 Ata da 16ª sessão de diretoria, 11/4/1933 (Revista, 1933, p. 295-297).

de história foi cometida a organização das teses, para o que lhe foi fixado o prazo de dois meses; b) edição especial comemorativa do hino da república, com a fixação da letra verdadeira do mesmo; c) *organização, nesta capital, de uma exposição de documentos históricos e objetos da época, inclusive os de uso das forças em operações*; d) construção de uma ponte sobre o rio Piratini a fim de dar acesso à histórica vila desse nome, a cuja ponte se daria o nome de “Vinte de Setembro”; e) sugerir ao governo do estado a aquisição do prédio onde esteve instalado o governo da república, em Piratini, a fim de conservá-lo como relíquia histórica, destinando-o ao funcionamento de uma escola; f) conveniente adaptação da toponímia geográfica e urbana à glorificação dos principais vultos da grande revolução, conforme sugeriu o dr. Alfredo Varela, de modo a serem inauguradas as modificações no dia 20 de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, para o que o instituto se dirigirá, oportunamente, ao governo do estado e às municipalidades.<sup>6</sup>

Na exposição realizada no Parque Farroupilha, o IHGRGS foi responsável pela criação do pavilhão cultural, cuja direção foi delegada ao historiador Walter Spalding.<sup>7</sup> Organizado na recém-construída Escola General Flores da Cunha, o pavilhão foi dividido em 13 seções, dentre as quais estavam as denominadas “história natural”, “instrução pública e particular”, “ciências, letras e artes” e “arquivos particulares” (Bins, 1936, p. 23-24). Ao Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (MJC) coube a organização dos documentos do Arquivo Histórico. Conforme Alcides Maya, diretor do museu, foram expostos no pavilhão cultural: “quadros históricos, mapas, documentos avulsos, exemplares das edições fac-similadas dos jornais *O Povo*, *O Mensageiro*, *O Americano* e a *Estrela do Sul*”.<sup>8</sup>

No relatório referente ao ano de 1935, Alcides Maia<sup>9</sup> reservou um tópico específico para destacar a participação do museu nas efemérides do centenário. Podemos notar, na leitura do mesmo, a preocupação em

---

6 Ata da 18ª sessão de diretoria, 25/4/1933 (Revista, 1933, p. 299-300, grifo nosso).

7 Walter Spalding pertenceu ao IHGRGS, onde estabeleceu importantes relações dentro de uma rede intelectual e política. Após as celebrações do centenário farroupilha, foi nomeado oficial no gabinete do prefeito Alberto Bins. Entre os anos de 1939 e 1963, foi diretor do Arquivo e Biblioteca de Porto Alegre.

8 MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. Relatório apresentado ao secretário de Educação pelo diretor do MJC, 19/6/1936, p. 2.

9 Alcides de Castilhos Maya ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou o curso e desenvolveu sua carreira profissional como jornalista e escritor romancista. Membro do PRR, exerceu o cargo de deputado federal entre 1918 e 1921. Foi nomeado diretor da repartição do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers) em 1924. Em 1925, assumiu a direção do MJC, posição ocupada até 1940.

enaltecer a imagem da instituição, exaltando a sua importância na exposição. Segundo o diretor, os documentos “reeditados por este departamento, ali, se exibiram e serviram para elevar bem alto o nome do Arquivo Histórico do estado, tão injustamente desconhecido de nossos homens de letras”.<sup>10</sup> Desse modo, é interessante chamarmos a atenção não apenas sobre o papel das instituições na guarda dos conjuntos documentais, como também no lugar do arquivo no fortalecimento das mesmas.

Cabe ainda ressaltarmos que foi nesse contexto que o IHGRGS realizou o I Congresso de História Nacional, cujos resultados foram publicados no ano de 1936. Em 1934, iniciaram-se os preparativos do evento, tendo sido estabelecida uma comissão formada por João Maia,<sup>11</sup> Othelo Rosa e Darcy Azambuja,<sup>12</sup> responsáveis pela definição dos temas orientadores das teses que seriam apresentadas (Revista, 1934, p. 162-165). Ao todo, o congresso abarcou 37 teses, divididas em cinco sessões temáticas, sendo elas: “formação do Rio Grande do Sul”, “história política”; “história militar”; “administração e economia”; e “ciência, letras e artes” (Congresso, 1936, p. 25-28).

Tais teses foram submetidas à avaliação dos congressistas e, dentre os autores que tiveram seus trabalhos aprovados, encontram-se nomes como os de Dante de Laytano, Aurélio Porto<sup>13</sup> e Walter Spalding. Como demonstra a pesquisa de Martins (2015), estes foram alguns dos intelectuais atraídos para a órbita do IHGRGS na ocasião do centenário. Esse evento marcou “o início do apogeu da autoridade histórica do IHGRGS”, propiciando um ambiente favorável para o desenvolvimento das carreiras dos seus membros (Martins, 2015, p. 143). A estes historiadores foi reservada, então, a incumbência de realizarem uma releitura oficial do passado farroupilha.

A produção de uma escrita sobre esse episódio não pode, contudo, ser compreendida de forma isolada da construção do passado operado no âmbito nacional. De acordo com Gomes, durante as primeiras décadas do século XX estabeleceram-se novos parâmetros sobre a forma de narrar

<sup>10</sup> MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. Relatório apresentado ao secretário de Educação pelo diretor do MJC, 19/6/1936, p. 2.

<sup>11</sup> João Maia foi sócio fundador do IHGRGS. Formou-se em filosofia e foi funcionário da Provedoria de Justiça Pública de Porto Alegre.

<sup>12</sup> Formado em direito, Darcy Azambuja foi professor e promotor público. Ocupou a importante posição de secretário do Interior no governo de Flores da Cunha. Ingressou no IHGRGS em 1929.

<sup>13</sup> Aurélio Porto, formado em jornalismo, foi funcionário público, tendo ocupado o cargo de arquivista no Museu Julio de Castilhos.

a história da nação. O desapontamento em relação à Primeira República e as esperanças depositadas na Revolução de 1930 apresentaram novas questões para a legitimação do regime que se pretendia instaurar. Ao historiador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) coube, portanto, a tarefa de erguer um “passado comum” à nação, visando criar um “sentimento de patriotismo” e uma “consciência coletiva” (Gomes, 2009, p. 24).

O projeto de nacionalização do governo getulista, para além da política, no sentido mais estrito do termo, teve repercussões em diversos setores da sociedade brasileira. Sem dúvida, os intelectuais – especialmente aqueles vinculados ao IHGB, e, na região Sul, ao IHGRGS – tiveram papel fundamental na tentativa de criação de uma unidade nacional, contribuindo para a escrita de um passado coeso para a pretendida nação. No Rio Grande do Sul, a construção de uma identidade regional mediante a emergência do nacionalismo foi marcada pela afirmação do seu pertencimento à nação. Assim, os historiadores da congênera sulina tinham a missão de habilitar a memória de um passado marcado pela dissensão política para a sua comemoração em 1935. Tal tarefa exigia, portanto, a reunião de documentos que, como a escrita da história, seriam objeto de disputa pela memória farroupilha.

### O Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos

Arquivos, como lembra Assmann, “são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externo” da memória econômica e da administração (2011, p. 367). Dentro dessa perspectiva é que surge, em 1848, a primeira iniciativa para a formação de um arquivo público no Rio Grande do Sul.<sup>14</sup> Contudo, com pouco mais de dois anos de funcionamento, o Arquivo Provincial foi extinto, ficando autorizada a remoção dos seus documentos, “para o estabelecimento que melhor convier”.<sup>15</sup> A curta duração desta instituição foi justificada no relatório do presidente da província pela já existência de um arquivo, criado pelo governo imperial,<sup>16</sup> onde ele argumenta: “A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos pode ser feita na Secretaria do Governo, em

<sup>14</sup> Lei n. 150, de 5 de agosto de 1848 (Spinelli, 2005, p. 87).

<sup>15</sup> Lei n. 199, de 5 de dezembro de 1850 (Spinelli, 2005, p. 87).

<sup>16</sup> Trata-se do Arquivo Nacional, criado pelo regulamento de 2 de janeiro de 1830 (Relatório, 1850, p. 8).

lugar especial do seu arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do secretário da Presidência, sem despesa alguma” (Relatório, 1850, p. 8).

Passados quase sessenta anos, o projeto de um arquivo regional foi retomado, com a fundação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), em 1906.<sup>17</sup> Juntamente com o MJC, criado em 1903,<sup>18</sup> o arquivo compunha o aparato governamental dedicado à gestão da memória. O surgimento dessas instituições estava inserido num contexto de reorganização da estrutura estatal, na qual foram investidos recursos para a ampliação e o fortalecimento das instituições públicas. No que tange aos órgãos citados, devemos lembrar que o seu surgimento estava atrelado à necessidade da elite política republicana em constituir um lugar para disciplinar e controlar a história local, conforme demonstra Nedel (1999, p. 63).

Essa questão pode ser observada no direcionamento dado pelo primeiro regulamento do arquivo. Este previa a guarda de documentos ligados à trajetória do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tais como a coleção do jornal *A Federação*, relativos à propaganda republicana; outros referentes ao governador Julio de Castilhos e ao seu arquivo político; além de proclamações e ordens do dia das forças republicanas. Podemos observar que, dentre outras funções, essa instituição destinava-se a arquivar o próprio tempo presente em questão, constituindo um suporte material para a memória do governo republicano – problemática que merece um estudo aprofundado.

A Revolução Farroupilha, mito fundador da identidade republicana, não passou despercebida nesse regulamento, que designava a conservação de “originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação”.<sup>19</sup> Cabe lembrar que, desde a segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros indícios de uma busca por testemunhos materiais da “epopeia farrapa”. Lazzari (2004), ao se debruçar sobre a experiência dos letrados sul-rio-grandenses, salienta o uso da memória e dos símbolos ligados à guerra civil farroupilha por intelectuais políticos ligados ao PRR. De acordo com o autor:

A experiência da extinta república rio-grandense oferecia aos partidários da “ideia nova” um marco fundador, uma história e uma tradição inventada às quais ancorar sua causa, ainda que aquela geração não dispusesse de estudos

---

17 Decreto n. 876, de 8 de março de 1906 (Spinelli, 2005, p. 88-100).

18 Decreto n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Spinelli, 2005, p. 82-86).

19 Decreto n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Spinelli, 2005, p. 90).



específicos sobre o período e pouco conheceria daquele tempo além de fragmentos disponíveis em documentos esparsos e na transmissão oral. [...] Além da tarefa de tornar pública e divulgar a memória dos heróis e seus ideais por estes meios, os militantes do partido que se organizava nas décadas de 1870 e 1880 depararam-se com o desafio de elaborar uma história escrita e organizar uma narrativa possível de ser amplamente divulgada pela imprensa. (Lazzari, 2004, grifo nosso)

Com o decreto n. 1.994, de 27 de junho de 1913 (Spinelli, 2005, p. 101), o arquivo público passa por uma reestruturação que, dentre outras medidas, cria a sua 2ª seção, reservada à guarda e à catalogação de documentos históricos. Assim, os documentos com essa classificação, previstos no regulamento desde a sua primeira versão, passaram a ser de sua responsabilidade e foram alocados nessa repartição. Outro ponto importante nessa transformação diz respeito à publicação das memórias históricas. Prevista desde a criação do arquivo, essa função passa, a partir de então, a ser periódica:

Art. 30 – Organizados definitivamente os trabalhos do arquivo público, iniciará esta a publicação periódica de memórias históricas sobre o Rio Grande do Sul.

[...]

Art. 32 – As memórias compreenderão a publicação dos documentos existentes, não reservados, relativos à história e geografia do estado, seus servidores etc.

Art. 33 – As memórias publicarão também índices dos catálogos feitos e conterão as efemérides sociais e políticas do Rio Grande. (Spinelli, 2005, p. 108)

A nova legislação previa, ainda, novos recursos para o Arquivo Histórico. Com a setorização desse órgão, novos cargos foram criados, como o de chefe da seção e o de primeiro oficial, o que ocasionou mais investimentos nessa instituição. Observando as planilhas de despesa do arquivo, notamos que o valor anual de 7:256\$000, vigente até o ano de 1913, aumentou para 12:000\$000, após tais alterações.<sup>20</sup>

Foi nessas condições que Eduardo Duarte assumiu a chefia da 2ª seção do arquivo, em 1920. Duarte iniciou sua carreira no funcionalismo público estadual em 1899. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, em 1921. No mesmo ano em que iniciara seu trabalho no arquivo,

---

<sup>20</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa.



participou da fundação do IHGRGS, ocorrida no salão nobre do primeiro. Duarte, à época chefe da 2ª seção do arquivo público e secretário do instituto, declarou:

Pois bem, esta seção, que tem obrigações que tão bem se coadunam com os fins do instituto, sente-se verdadeiramente confortada com a bela iniciativa e está certa de que, num encontro de fins e deveres, dele resultará um feliz consórcio, cujos frutos não tardarão a aparecer.<sup>21</sup>

Não por acaso o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nascera nas dependências do arquivo público. Conforme sublinham Nedel (1999) e Martins (2015), a relação de interdependência entre o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, o IHGRGS e o MJC (Museu Julio de Castilhos) deve-se principalmente ao fato de essas instituições compartilharem entre si os mesmos dirigentes. Além do caso de Duarte, Florêncio de Abreu foi, simultaneamente, diretor do arquivo público e presidente do IHGRGS. Ao observar a intersecção desses órgãos na trajetória do instituto, Martins observa que “formavam uma rede de cooperação (e não de competição), tanto no âmbito ‘político’ quanto no aspecto da logística de seu funcionamento e da pesquisa histórica” (2015, p. 79).

### **A busca por documentos da guerra civil farroupilha**

Analisando os relatórios do Arquivo Histórico entre os anos de 1920 e 1935, podemos dimensionar o resultado do trabalho de Eduardo Duarte, especialmente no que tange à função do arquivo de reunir registros do período farroupilha e à publicização dos mesmos. No levantamento referente a 1920, foram computados apenas dois documentos relativos à Revolução Farroupilha, dentre os 1.107 documentos catalogados naquele período. No ano seguinte, a seção apresentava pela primeira vez um tópico dedicado à guerra civil, intitulado “Revolução de 1835”. Nele, Eduardo Duarte salientava a necessidade de a instituição dedicar seus recursos para a formação de um acervo sobre essa temática:

Sendo esse movimento revolucionário um dos cometimentos mais estu-  
pendos dos rio-grandenses legendários, dos farroupilhas gloriosos, que se

---

<sup>21</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

empenharam em uma luta titânica para a conquista da liberdade sonhada, sempre nos despertou vivo interesse a história deste período, cheia de lacunas, em virtude da *deficiência de documentação decisiva*, inofismável, podendo o historiador, quase sempre parcial, dar livre expansão às suas pendências apaixonadas por uma ou outra facção.<sup>22</sup>

Durante as quase duas décadas em que dirigiu a instituição, Duarte voltou seus esforços para a aquisição de arquivos particulares ou até mesmo documentos avulsos que remetessem à Revolução Farroupilha. Em 1923, o diretor afirma ter encontrado, “entre os papéis” arrecadados na Delegacia Fiscal, inúmeros documentos do decênio farrapo. O relatório destaca “um detalhado balancete das despesas feitas pelo governo intruso durante a sua existência em Porto Alegre”. Eduardo o classificara como “um documento preciosíssimo, de alto valor histórico, que já foi aproveitado por eminente escritor”. “Para se aquilatar da importância dos papéis que a seção possui”, o diretor apresentara, ainda, uma “relação global” dos documentos do fundo “Revolução de 1835”, totalizando 3.403 peças.<sup>23</sup>

Nesse mesmo ano, o governo do estado adquiriu o acervo de Alfredo Ferreira Rodrigues,<sup>24</sup> formado por 143 volumes, inicialmente classificados como “livros manuscritos”, “obras e memórias”, “Guerra do Paraguai” e “jornais”.<sup>25</sup> Com essa coleção, o arquivo não apenas agregara um interessante número de artefatos sobre a guerra civil, como também passava a abrigar o conjunto reunido e utilizado por Rodrigues no seu embate historiográfico com o pesquisador Alfredo Varela.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921. Grifo nosso.

<sup>23</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

<sup>24</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. Como parte do programa comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o Arquivo Histórico publicou o catálogo da coleção Alfredo Ferreira Rodrigues. Essa questão foi abordada por Stumpf (2015).

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

<sup>26</sup> Na virada do século XIX para o XX, os historiadores Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues protagonizaram um intenso debate sobre a Revolta dos Farrapos. Dentre as principais divergências, destaca-se a oposição sobre o desfecho do Massacre de Porongos. O primeiro historiador afirma que a morte dos lanceiros negros foi premeditada em um acordo entre David Canabarro, da parte farroupilha, e o Duque de Caxias, representante do Império, a fim de criar as condições necessárias para um acordo de paz – uma vez que a liberdade prometida aos lanceiros negros os tornou um empecilho para o término da guerra. O segundo acredita

Em 1925, o arquivo público passou por nova reorganização, na qual a 2ª seção foi desmembrada dessa instituição e incorporada ao MJC. Nessa transição, o museu passou por um processo de reorganização, que exigiu a elaboração de um novo regimento. “Incumbido de remodelar” o Arquivo Histórico, Duarte escreveu ao diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) solicitando um exemplar do regulamento daquela instituição, pedido que lhe foi prontamente atendido.<sup>27</sup> O regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foi aprovado por Borges de Medeiros, em 24 de dezembro de 1925. A parte dedicada ao Arquivo Histórico, baseada no texto da instituição congênere, incumbia à reparição, no seu artigo 2º, inciso VII: “Organizar o arquivo histórico do Rio Grande do Sul, reunindo e catalogando” documentos referentes a mais de vinte temáticas estipuladas no regulamento. Nessa listagem, um item dedicava-se aos “originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, crônicas de campanha, manuscritos, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação”.<sup>28</sup>

Ao encontro desse objetivo, Duarte apresentara no 1º Congresso das Municipalidades<sup>29</sup> a tese intitulada *Contribuição dos municípios na organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (Duarte, 1929). Esse evento político, como abordam Abreu (1996) e Bakos (2013), tentou conciliar os partidários do governo de Getúlio Vargas e da oposição, buscando apoio entre os chefes municipais. Nele, foram apresentadas diversas teses que versavam, em sua maior parte, sobre a instrução pública – além de questões como saúde, agricultura e pecuária, administração, segurança, dentre outras. No que compete ao Arquivo Histórico, podemos notar uma preocupação na fala de Eduardo Duarte em recuperar do esquecimento a função da instituição, salientando, principalmente, o trabalho desenvolvido durante a sua gestão:

---

que o ocorrido em Porongos foi uma trama para desestabilizar os farroupilhas e desmoralizar Canabarro, alegando ser falsa a carta na qual Caxias comunica a Francisco Pedro de Abreu o dia e local do ataque, previamente combinado com Canabarro, que desarmara os infantess.

<sup>27</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Ofício de Eduardo Duarte a João Alcides Bezerra Cavalcanti, 26/1/1925, Porto Alegre. Ofício de João Alcides Bezerra Cavalcanti a Eduardo Duarte, 11/2/1925, Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1926, p. 2-3.

<sup>29</sup> O Congresso das Municipalidades ocorreu em julho de 1929, em Porto Alegre. O evento tinha como objetivo, conforme seu estatuto, “promover, pela cooperação do estado com os municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns” (Bakos, 2013, p. 32).

Nos dias que correm já sabemos, felizmente, da existência de um arquivo histórico do Rio Grande do Sul... E mais: que esse arquivo é de uma opulência verdadeiramente confortadora.

O que aí se tem feito nos últimos anos, desdobramento desse arquivo, a catalogação por método prático, com beneditina paciência, nos tem revelado o valor dessa documentação, até então ignorada, e hoje frequentemente consultada pelos estudiosos, visando [a] um proveito útil.

[...] Os intelectuais, aqueles que se dedicam à literatura histórica, comparecem à citada repartição continuamente em demanda de preciosos subsídios de valor documental, como comprovam insofismavelmente as suas asserções. E isto é altamente confortador, pois vai assim desaparecendo o comércio dos fazedores de compêndios, daqueles que escrevem histórias copiando, muitas vezes servilmente, o que outros fizeram ou endossando afirmações que estão a pedir bolos de palmatória. (Duarte, 1929, p. 5)

Os intelectuais *funcionários públicos*, como demonstra Martins, galgavam seu espaço em um campo marcado pela “dependência da posição dos intelectuais, reconhecidos e legitimados como tais por seus pares, em relação ao espaço de poder e seus agentes” (2015, p. 154). A partir do estudo de trajetórias como a de Eduardo Duarte, o autor verifica que o valor da produção histórica era insuficiente para a conquista de uma posição, sendo necessário o estabelecimento de relações com os agentes do estado “para auferir ganhos profissionais, simbólicos e econômicos” (Martins, 2015, p. 151). Considerando esse cenário, podemos dimensionar o papel do Arquivo Histórico na trajetória profissional de Eduardo Duarte. Se, por um lado, é notável a importância da sua administração para a especialização da instituição, de outro é perceptível que esta constituiu um recurso fundamental para a sua emergência enquanto intelectual.

Desse modo, retomando a citação anterior, identificamos na ocasião do Congresso das Municipalidades um momento conveniente para a projeção da figura de Duarte e do seu trabalho como diretor do arquivo. Este encontro contou com a presença de indivíduos ligados ao meio intelectual e político do estado, estando presentes líderes como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha e Assis Brasil – além de intendentess de quase todos os municípios do Rio Grande do Sul. A visibilidade de um indivíduo oriundo do setor médio no funcionalismo estatal por tais lideranças representava uma importante estratégia para a formação e o fortalecimento das relações em uma rede de intelectuais e políticos.

Buscando, portanto, o reconhecimento público da função social do arquivo, Eduardo ressaltara na referida tese alguns dos trabalhos realizados sob a sua coordenação – como a organização dos catálogos do acervo e, especialmente, a divulgação da sua documentação (Duarte, 1929, p. 6). A *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*<sup>30</sup> e a *Revista do IHGRGS*<sup>31</sup> foram os principais veículos para a publicação destes documentos, assim como de ensaios históricos produzidos a partir deles. No discurso de Othelo Rosa, renomado membro do IHGRGS, temos um exemplo do reconhecimento desse trabalho:

*A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem contribuído poderosamente para estimular o carinho dos nossos escritores pela história. Essa publicação – como a Revista do Arquivo Público, que já contém uma preciosa documentação – não só facilitando a consulta às fontes, outrora esparsas, sem nenhuma sistematização, como ainda dando a lume trabalhos excelentes, que excederiam as possibilidades da imprensa diária, despertou entre nós o gosto pelos assuntos históricos, etnográficos, geológicos e geográficos.*<sup>32</sup>

Na correspondência do Arquivo Histórico encontram-se alguns ofícios remetidos pelo IHGRGS solicitando a disponibilização de documentação para consulta dos seus sócios pesquisadores. Exemplo disso foi o pedido feito por Florêncio de Abreu, um pouco antes da desanexação da 2ª seção do arquivo público:

Tendo a comissão diretora da revista deste instituto manifestado desejos de divulgar algumas peças históricas referentes à revolução de 1835, arquivadas nessa repartição, solicito-vos permissão para fazer extrair as precisas cópias de tais documentos.

O início do trabalho seria dado com a correspondência trocada entre Bento Manuel Ribeiro, figura histórica de grande destaque no

---

<sup>30</sup> A revista é uma derivação da *Revista do Arquivo Público*, criada em 1920, à época em que o arquivo histórico funcionava como a 2ª seção do arquivo público.

<sup>31</sup> Fundada em 1921, a *Revista do IHGRGS*, conforme Martins: “teve um papel central como instrumento organizador e divulgador da agenda intelectual proposta pelos historiadores reunidos no instituto histórico. Foi o principal instrumento de visibilidade institucional (ante as instituições homólogas no Brasil e no exterior) e da agenda proposta pelos historiadores rio-grandenses” (Martins, 2015, p. 85).

<sup>32</sup> Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3.

memorável período, e o Duque de Caxias, então presidente da província e general em chefe do exército da legalidade, seguindo-se-lhe quaisquer outras peças a escolha e critério da citada comissão.<sup>33</sup>

Esse extrato nos possibilita entrever o intercâmbio entre as duas instituições. Se por um lado o Arquivo Histórico era fundamental aos historiadores do IHGRGS, por lhes fornecer a matéria-prima das suas pesquisas, por outro, o resultado destes estudos, uma vez publicados nas referidas revistas, conferia visibilidade às atividades desenvolvidas no arquivo. Tais publicações dotavam de sentido a existência do Arquivo Histórico, e não passariam despercebidas na palestra proferida por Eduardo Duarte no Congresso das Municipalidades: “Milhares de papéis avulsos, já selecionados, constituem, de pronto, objeto de estudo dos nossos intelectuais que, deles tirando o necessário proveito, tem-nos integrado à luz da publicidade através de monografias, conferências, artigos de jornais etc.” (Duarte, 1929, p. 7).

Ao mencionar o trabalho divulgado nestas revistas, Eduardo buscava, enfim, ressaltar a “opulência do arquivo histórico rio-grandense” (Duarte, 1929, p. 6). Atenção especial foi destinada à *Revista do IHGRGS* que, conforme destacara, desde 1925 publicava “assuntos de 35 para divulgação de preciosos papéis”. A expectativa do diretor do arquivo era de instituir “a história documentada da epopeia farroupilha”. Para tanto, criara a série denominada *Documentos Interessantes (1835-1845)*, com a qual projetava a abertura do “ciclo das comemorações com que solenizaremos o centenário do grande acontecimento” (Duarte, 1929, p. 7).

Conforme destaca Martins, a repercussão da *Revista do IHGRGS* era restrita aos membros da comunidade intelectual (2015, p. 90). Provavelmente, a circulação da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* ocorria neste mesmo círculo. Desse modo, o centenário da Revolução Farroupilha representava uma possibilidade de maior destaque social para esses indivíduos e instituições, por meio da ampla inserção na agenda de atividades da capital. Idealizando o envolvimento do Arquivo Histórico nas celebrações do centenário, Duarte assim apresentara o projeto *Documentos Interessantes (1835-1845)*:

Excuso dizer-vos, senhores, donde saiu tão valiosa documentação; nada procuramos fora (ou pelo menos não encontramos), sendo utilizado apenas prata

---

<sup>33</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Correspondência de Florêncio de Abreu a Alcides Maia, em 6 de março de 1925.

da casa. E de fato, aquele que consulta os nossos catálogos, que examina as nossas coleções, que entra naquela oficina de trabalho para conhecer a obra dos nossos maiores, fica deveras surpreendido em ver o acervo que possuímos, papéis que têm resistido à ação destruidora do tempo e, mais do que isso, ao criminoso abandono em que jazem no perpassar de várias gerações. Não foi, porém, sem tempo que o honrado governo do estado pensou em salvar o nosso arquivo histórico de um fatal desaparecimento. Façamos ainda uma referência às nossas coleções, ao que concerne ao decênio farroupilha. [...] Temos sempre, ao desdobrar o nosso arquivo histórico, dedicado especial atenção a tudo quanto se há encontrado atinente à grande revolução que enche, sem dúvida, um dos mais belos capítulos da história regional. (Duarte, 1929, p. 7, grifo nosso)

Assim, Duarte salientava a importância de “não esperar o ano de 35” para a divulgação do material guardado no acervo da instituição. Nesse sentido, advertira: “que os estudiosos, no silêncio dos seus gabinetes, possam ter à mão os subsídios de que precisam, provenientes de fonte oficial para a sua contribuição ao magno acontecimento” (Duarte, 1929, p. 7-8). Tendo em vista esse objetivo, conclamava que os municípios cedessem ao MJC os documentos de que dispunham em seus arquivos e repartições, lançando a seguinte questão: “Pertencem tais papéis aos municípios, se até lá chega a sua autonomia, ou devem ser incorporados ao patrimônio do estado?” (Duarte, 1929, p. 9).

Apesar da inexistência de alguma legislação que versasse sobre a gestão do patrimônio histórico e cultural na década de 1920, notamos na fala do diretor do Arquivo Histórico certa preocupação com tal questão. Assim, Duarte responde a sua própria indagação, requisitando para o arquivo o direito e o dever sobre o patrimônio documental do estado. Em meio às lideranças no Congresso das Municipalidades, ele afirmou que

todos esses papéis, de inestimável valor, devem ser recolhidos ao arquivo do estado. Aí é o seu lugar: recebidos com o merecido carinho, estudados, catalogados, dados à luz da publicidade, deles será tirado o maior proveito à história do Rio Grande do Sul. Senão vejamos: de que servem tais subsídios escondidos em meio de velhos arquivos, expostos à destruição do tempo, ao sabor das traças, ao perigo de acidentes, longe dos olhos dos estudiosos da nossa história? (Duarte, 1929, p. 10)

Interessante observarmos que a fala de Eduardo Duarte atentava não apenas para os documentos depositados em instituições públicas ligadas



aos municípios, mas também aos “arquivos particulares”. O gestor do arquivo, já atento à relevância dos conjuntos resguardados no âmbito privado, chamara a atenção para estes objetos que, na sua visão, permaneciam “avaramente guardados”, sendo estes “tesouros que só teriam valor quando aproveitados na história da nossa terra”. Desse modo, Duarte apresentara essa questão às municipalidades presentes no congresso, recomendando que estas elaborassem “criteriosa propaganda” a fim de “penetrar no seio de famílias que representam velhos troncos, onde preciosos papéis dormem o sono dos justos”. Diante dessas propostas, os congressistas deliberaram:

verificando, enfim, que o Museu e Arquivo Histórico tem particularizado, ultimamente, os seus cuidados na organização e publicação de tudo quanto se refere ao decênio farroupilha (1835-1845), os congressistas aqui reunidos tomam a deliberação de desenvolver intensa propaganda junto aos seus comunicipes no sentido de obter quaisquer documentos que ao memorável período se refiram, sem esperar o ano que marcará a data centenária, pois é da intenção da diretoria do Museu e Arquivo Histórico dar à publicidade, com a necessária antecedência, tudo quanto possa constituir subsídios à história da gloriosa década farroupilha. (Duarte, 1929, p. 8-9)

A partir dessa resolução, Eduardo Duarte viajou pelo interior do estado com a finalidade de garimpar os arquivos municipais, recolhendo documentação para a repartição do MJC. No entanto, no primeiro relatório por ele apresentado ao diretor do museu, verificamos as dificuldades encontradas na execução dessa missão. Relatando o resultado das suas pesquisas em Caçapava (RS), Duarte desabafava: “tive verdadeira desilusão, pois sempre esperei ali encontrar subsídios os mais preciosos para o estudo da grande revolução”. Ele atribuíra essa lacuna à “destruição feita pelas forças da legalidade”, conforme informações que obteve em Cachoeira (RS). Neste município, afirmaram-lhe que em 1840 os documentos referentes ao decênio farrapo foram destruídos pelo major legalista Adolfo Charão, que: “à testa de forças legais, fez destruir quanto encontrou em referência à revolução. Livros cortados em suas páginas, papéis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de ve-reanças correspondente ao período”.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório apresentado ao sr. diretor do Museu Julio de Castilhos (1930).

Ainda em Caçapava, Duarte visitou os descendentes de Ulhôa Cintra, ocasião em que encontrou duas netas do ex-ministro farrapo. “Esvaziando velhos baús”, elas encontraram um volume de papéis que, segundo Duarte, foram incorporados ao Arquivo Histórico. O diretor também relata ter obtido mais sucesso em outras localidades. Em Rio Pardo (RS), afirmara ter encontrado o decênio farroupilha “magnificamente representado”. Na cidade de Piratini (RS), localizou um “arquivo muito precioso”, com “elevadíssimo número de peças avulsas, cartas, ofícios, partes de combates, correspondência passiva dos maiores vultos do movimento”. Sobre a documentação reunida em Pelotas (RS), avaliara: “não é muito, mas é precioso”. Tratava-se de uma carta de Antônio Neto, outra de Domingos José de Almeida, além da correspondência de outros “vultos”. Nessa mesma região, Duarte procurou a casa das antigas famílias em busca de documentos, tendo conseguido apenas alguns “livros de Piratiny”, do deputado Victor Russomano. Embora o arquivo de Almeida tivesse sido doado para Alfredo Varela anos antes, chama atenção que Duarte não tenha recebido nenhum tipo de artefato dos seus descendentes – residentes em Pelotas (RS).

A partir de então, são notáveis os esforços de Duarte para o crescimento do fundo documental dedicado à guerra civil farroupilha. Desde 1926, ele empenhara-se em completar a coleção do jornal *O Povo*, veículo oficial da república rio-grandense – iniciada com os exemplares oriundos dos conjuntos doados por Alfredo Ferreira Rodrigues e Álvaro Leitão. Para tanto, o diretor chegou a emitir algumas notas nos periódicos da capital, buscando encontrar os trinta volumes restantes. No relatório daquele ano, Eduardo aproveitara para sugerir ao diretor do MJC que propusesse ao governador do estado uma edição fotográfica do jornal *O Povo*: “Um tal empreendimento ainda mais se justifica com o tempo que aí vem, que se aproxima a passos rápidos, da comemoração, do centenário farroupilha”.<sup>35</sup>

Atento às comemorações de 1935, Duarte reunira e publicara com cinco anos de antecedência uma coletânea fac-similada de todas as edições do jornal *O Povo* – formando o primeiro volume da coleção *Documentos Interessantes (1835-1845)* (Museu, 1930). Sendo, provavelmente, a primeira publicação dedicada à transcrição de registros históricos do decênio farrapo, esta obra constituiu importante referência para os intelectuais que se

---

<sup>35</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório apresentado ao sr. Diretor do Museu Julio de Castilhos (1930).

debruçavam sobre a temática. Dante de Laytano, como indica Martins, foi um dos intelectuais que usufruíram dessa edição. No mesmo ano da publicação, Laytano escrevera ao seu mestre afirmando já ter finalizado a escrita do seu romance histórico, quando tomou conhecimento do fac-símile dos jornais, cujos “subsídios tão eloquentes influíram no corpo da obra”.<sup>36</sup>

A publicação completa dos exemplares desse periódico foi possível, em parte, pelo trabalho desenvolvido por Aurélio Porto no ANRJ. Datam de 1928 as correspondências enviadas pelo historiador a Eduardo Duarte, por meio das quais remetia os resultados das suas pesquisas no Rio de Janeiro. Em carta enviada em 10 de agosto daquele ano, Aurélio anexara cópias do jornal *O Povo*, além da transcrição das trinta primeiras páginas do *Processo dos Farrapos*.<sup>37</sup> Os materiais publicados a partir dessas pesquisas constituíram importante recurso para a divulgação das instituições. No fundo administrativo do MJC podem ser encontradas diversas cartas enviadas por Alcides Maya e Eduardo Duarte apresentando e remetendo exemplares desses livros a diversos indivíduos e instituições. Dentre os destinatários, estavam o diretor do Arquivo Público do Ceará, o diretor de Informações e Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública, o desembargador chefe de polícia de Porto Alegre, a inspetora do Departamento de Ensino do Uruguai, além do diretor do Museu Histórico Nacional.

Apesar de ter iniciado a transcrição do *Processo dos Farrapos* (Porto, 1933-1936) no final da década de 1920, somente em 1932 Aurélio Porto passou a integrar a comissão do ANRJ dedicada à publicação dos documentos da Revolução Farroupilha. Naquele ano, Eduardo Duarte escrevera ao secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, recomendando Aurélio para o trabalho que estava sendo desenvolvido no Rio de Janeiro.<sup>38</sup> No ano seguinte, Alcides Maya, diretor do MJC, escrevera ao mesmo secretário, solicitando que Eduardo Duarte, como chefe da seção do arquivo, fosse enviado ao Rio de Janeiro para acompanhar o trabalho realizado por Aurélio Porto.

Em 16 de novembro de 1934, o diretor do museu publicou uma portaria parabenizando o trabalho realizado pelo funcionário Aurélio Porto pela publicação da obra *Processo dos Farrapos*. Segundo Maya, “Aurélio Porto,

---

<sup>36</sup> Arquivo do IHGRGS. Fundo Eduardo Duarte. Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Jacuí, 1/9/1930.

<sup>37</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Correspondência enviada por Aurélio Porto a Eduardo Duarte, 10 de agosto de 1928.

<sup>38</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Eduardo Duarte. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1932.

com a sua dedicação e seguros conhecimentos que tem da nossa história, enriqueceu extraordinariamente a citada publicação, completando-a com importantes anotações [...]”.<sup>39</sup> Muito citada por Souza Docca, a obra, na descrição do historiador, foi um “golpe” às teses de Alfredo Varela. Em clara provocação a Alfredo, Docca afirmara que Aurélio, “em poucos anos de pesquisas nos arquivos do Rio, tem descoberto o que outros não lograram, em meio século de escavações, encarecidas e decantadas” (Docca, 1933, p. 1).<sup>40</sup> Conforme destaca Martins, a dimensão da obra, composta por mais de duas mil páginas, “destoa das publicações da época no Rio Grande do Sul” (2015, p. 153).

Paralelamente, em 1929 os sócios do IHGRGS formalizaram algumas deliberações sobre a participação da instituição nas comemorações do centenário. Dentre as decisões, ficou prevista a realização de um concurso para premiar “o melhor trabalho documentado sobre o decênio farroupilha”.<sup>41</sup> Já em 1935, Alcides Maya escrevera ao secretário Darcy Azambuja, informando-lhe que a comissão organizadora da Grande Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, liderada pelo instituto, recorrera ao MJC solicitando “o material de que dispõe, e que tão precioso é, expondo, de modo especial, o elevado número de relíquias que possui, evocativas do memorável decênio”.<sup>42</sup> O material cedido para aquela instituição foi motivo de orgulho para Eduardo Duarte, que ressaltara a contribuição no relatório de 1936. Nas suas palavras, quase todas as teses apresentadas no concurso do IHGRGS estavam “calcadas na farta e exuberante documentação” existente no acervo do Arquivo Histórico.<sup>43</sup>

## Considerações finais

Esta breve exposição nos permite entender um pouco sobre o percurso da aquisição e inserção dos documentos sobre o decênio farrapo no acervo

<sup>39</sup> MJC, ofícios recebidos (1933-1936), p. 177.

<sup>40</sup> Nesse período, Varela publicou a *História da grande revolução* (1933), onde, em seis opulentos volumes, apresentou um manancial de fontes da sua coleção particular. Tal obra acendeu um acalorado debate entre os historiadores do IHGRGS, que contestaram o separatismo farroupilha e a influência dos países da região do Prata na manutenção do conflito. Reagindo à publicação, Othelo Rosa e Darcy Azambuja (na condição de porta-vozes do IHGRGS) redigiram um parecer de contestação, demarcando a oposição da instituição às teses do historiador. Parecer dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre *História da grande revolução*, do dr. Alfredo Varela (Revista, 1934, p. 267-272).

<sup>41</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929 apud Martins, 2015, p. 135.

<sup>42</sup> MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 14.

<sup>43</sup> MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320.

do Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos. Observando os esforços para a reunião desses registros, especialmente devido à ocorrência das comemorações de 1935, percebemos a importância desses artefatos para os agentes intelectuais e para as instituições dedicadas à história e à memória do estado. O material reunido pelo Arquivo Histórico forneceu os subsídios para a elaboração de uma narrativa historiográfica e as ferramentas para a construção da memória da guerra civil farroupilha. Nesse sentido, cabe, por fim, sublinhar o papel da documentação para o MJC – especialmente no que tange ao Arquivo Histórico. Se por um lado o trabalho desta repartição foi fundamental para a coleta dos registros utilizados como fontes para os pesquisadores do IHGRGS, por outro, estes mesmos documentos foram de suma relevância para que o Arquivo Histórico fosse alçado à agenda comemorativa de 1935. Assim, esta instituição, posteriormente desvinculada do MJC, começava a conquistar certa visibilidade e reconhecimento para além do campo intelectual.<sup>44</sup>

## Fontes

**Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

**Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

**Fundação Biblioteca Nacional.** Hemeroteca Digital

**Museu da Comunicação Hipólito José da Costa**

**Museu Julio de Castilhos**

Synthèse, Paris, tome 125, 5ème série, p. 1-14, 2004.

ARCE, Ana Ines. *Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma história arquivística da Coleção Varela*. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. 2. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013.

## Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Vargas: nova diretoria política para o Rio Grande? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 22, n. 1, 1996.

ANHEIM, Étienne & PONCET, Olivier. *Fabrique des archives, fabrique de l'histoire*. *Revue de*

---

<sup>44</sup> Em 1954, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul tornou-se um órgão independente, subordinado à Divisão de Cultura. Somente em 1960 recebeu instalações próprias, transferindo-se do MJC para o prédio da Secretaria de Educação (Spinelli, 2005, p. 61-62).

- BINS, Alberto. Relatório sobre a exposição farroupilha apresentado pelo comissário geral major Alberto Bins ao Exmo. sr. governador do Estado, gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936.
- CONGRESSO de História e Geografia Sul Rio-Grandense comemorativo do centenário da Revolução Farroupilha, 1., 1936, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 1936.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 de novembro de 1933.
- DUARTE, Eduardo. Política e administração. These 8: Contribuição dos municípios na organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MACHADO, Nara Helena Naumann. *A exposição do centenário farroupilha: ideologia e arquitetura*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MUSEU e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845*. v. 1. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- NEDEL, Leticia. *Paisagens da província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (ed.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 223-238.
- \_\_\_\_\_. *A invenção da sociedade gaúcha. Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- PORTO, Aurélio. *República rio-grandense: o processo dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933-1936. 3 v.
- RELATÓRIO do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1934. III Trimestre. Ano XIV.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933. IV Trimestre. Ano XIII.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. *Revista Tempo*, Niterói, v. 19, n. 35, 2013.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. *Investigações e evocações do passado: o departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre/RS, 1925-1939)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

- SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- STUMPF, Glauce. *A comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

---

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020